

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Cel Inf **CELSO** ROGÉRIO VIANNA DA CONCEIÇÃO

**Os interesses internacionais em minérios e metais  
preciosos da Amazônia Ocidental: reflexos para a  
Estratégia da Dissuasão do Brasil nos níveis político e  
estratégico**



Rio de Janeiro

2022

Cel Inf **CELSO** ROGÉRIO VIANNA DA CONCEIÇÃO

## **Os interesses internacionais em minérios e metais preciosos da Amazônia Ocidental: reflexos para a Estratégia da Dissuasão do Brasil nos níveis político e estratégico**

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Cel Art Candido Cristino **Luquez** Marques Filho

Rio de Janeiro  
2022

C744i Conceição, Celso Rogério Vianna da

Os interesses internacionais em minerais e metais preciosos na Amazônia Ocidental: reflexos para a estratégia de dissuasão do Brasil nos níveis político e estratégico / Celso Rogério Vianna da Conceição. —2022.  
26f.: il.; 30 cm.

Orientação: Candido Cristino Luquez Marques Filho  
Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) —Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.  
Bibliografia: 26

1. ESTRATÉGIA DA DISSUAÇÃO. 2. INTERESSES INTERNACIONAIS. 3. AMAZÔNIA OCIDENTAL. 4. MINERAIS E METAIS PRECIOSOS I. TÍTULO.

CDD 355.47

Cel Inf **CELSO** ROGÉRIO VIANNA DA CONCEIÇÃO

## **Os interesses internacionais em minérios e metais preciosos da Amazônia Ocidental: reflexos para a Estratégia da Dissuasão do Brasil nos níveis político e estratégico**

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em ..... de ..... de.....

### COMISSÃO AVALIADORA

---

Candido Cristino Luquez Marques Filho - (Presidente)  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Fernando Luz Velasco Gomes - Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Márcio Tomaz de Aquino - Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

## RESUMO EXECUTIVO

O presente *policy paper* pretendeu dar luz à um problema de cobiça e exploração de recursos que diuturnamente afeta o território nacional. A Estratégia de Dissuasão nacional está consolidada, porém carece de aperfeiçoamento tendo em vista o grau de sofisticação que as organizações criminosas transnacionais estão impondo em suas operações. Tais manobras, muitas vezes, iniciam em territórios internacionais limítrofes ao Brasil, oriundas do berço de produção da maior quantidade de drogas do mundo e perpassam por todo o território brasileiro até chegar nos consumidores. A exploração de ouro de alto valor agregado é um dos problemas que atraem todo tipo de ilícito e corroem as estruturas sociopolíticas das regiões onde estão dominando, por exemplo: a porção ocidental da Amazônia Brasileira. As redes de sustentação criminosas atuam em vários níveis e o resultado é uma série de infrações e violações de leis perpetradas por atores não-estatais e estatais, nacionais e internacionais. Tais atos podem colocar em xeque a nossa soberania e necessitam de um tratamento mais elaborado.

## RESEÑA EJECUTIVA

Este documento político pretende arrojar luz sobre el problema de codicia y explotación de recursos que afecta diariamente al territorio nacional. La estrategia nacional de disuasión está consolidada, pero necesita mejorar, dado el grado de sofisticación que las organizaciones criminales transnacionales están imponiendo en sus operaciones. Tales maniobras a menudo comienzan en territorios Internacionales fronterizos con Brasil, provenientes de la cuna de producción de la mayor cantidad de drogas del mundo y atraviesan todo el territorio brasileño hasta llegar a los consumidores. La explotación de oro de alto valor agregado es uno de los problemas que atraen todo tipo de ilícitos y corrompen las estructuras sociopolíticas de las regiones donde dominan, por ejemplo: la porción occidental de la Amazonía brasileña. Las redes de apoyo criminal operan en muchos niveles y resultados es una serie de infracciones y violaciones de las leyes perpetradas por actores estatales y no estatales, nacionales e Internacionales. Tales actos pueden poner en peligro nuestra soberanía y requieren un tratamiento más elaborado.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fonte de mineirais estratégicos da Amazônia Ocidental .....	10
Figura 2- A corrida do ouro na região amazônica de Serra Pelada .....	11
Figura 3- Mapa geológico simplificado da América do Sul .....	12
Figura 4- A riqueza da natureza na Amazônia Brasileira .....	14
Figura 5- A relação do homem com a floresta e seus meios de mobilidade .....	15
Figura 6 - Atual influência política dos Grupos Armados Residuais na Colômbia.....	18
Figura 7 - Triade Clausewitiana vista sob a ótica da Guerra Irregular .....	20

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	10
<b>3. ASPECTOS GEOESTRATÉGICOS</b> .....	11
3.1 ÁREAS DO PROBLEMA.....	11
3.1.1 A formação do subsolo amazônico.....	12
3.1.2 Aspectos naturais e socioculturais.....	14
<b>4. AS POLÍTICAS ESTABELECIDAS E A ESTRATÉGIA DE DISSUAÇÃO</b> .....	16
<b>5. A ESTRATÉGIA DE DISSUAÇÃO E O EMPREGO DE FORÇA MILITAR</b> .....	17
<b>6. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS E ESTRATÉGICAS</b> .....	21
6.1 QUANTO AOS ATORES IRREGULARES NACIONAIS E INTERNACIONAIS E SUAS RESPECTIVAS REDES DE SUSTENTAÇÃO .....	21
6.2 QUANTO AO AMBIENTE INFORMACIONAL REGIONAL E INTERNACIONAL.....	21
6.3 QUANTO ÀS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS INTERNACIONAIS.....	22
6.4 QUANTO À POPULAÇÃO RIBEIRINHA LOCAL QUE CONVIVE COM A PROBLEMÁTICA DA EXPLORAÇÃO ILEGAL DE RECURSOS MINERAIS.....	22
6.5 QUANTO AO AMBIENTE FÍSICO ONDE OCORREM OS ÍLICITOS.....	23
6.6. QUANTO A REDE LOGÍSTICA DE MINERAÇÃO ILEGAL.....	23
<b>7. CONCLUSÃO</b> .....	24
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	25



## 1. INTRODUÇÃO

O surgimento de novos atores por conta do processo de globalização, o aumento da velocidade das informações, as dinâmicas e os realinhamentos geopolíticos do século XXI estão desafiando os diversos Estados-nação em níveis nunca vistos na história. Nesse sentido, cresce de importância o estudo e o debate sobre um dos desafios inerentes ao Brasil, particularmente as nuances envolvidas dos interesses externos ao riquíssimo patrimônio mineral existente no subsolo amazônico (figura 1). Atualmente, as regras de mineração vigentes favorecem as ações de algumas empresas internacionais de prospecção que podem ter acesso à recursos vitais para a sobrevivência da nação. Ainda, a permeabilidade de nossas fronteiras terrestres, em trechos limítrofes com países altamente fragilizados, favorece as ações coercitivas e executadas por atores não-estatais (por exemplo as narco guerrilhas) que conjugadas com o sistema de exploração mineral irregular causam desestabilizações regionais com alto grau de sensibilidade.

O presente documento pretende propor oportunidades de melhoria descritas em ações que complementem os possíveis desalinhamentos da Estratégia de Dissuasão (prevista na Concepção de Emprego Estratégico do Exército Brasileiro) com a Política e a Estratégia Nacional de Defesa (2020), frente ao interesse internacional em minérios e pedras preciosas, particularmente na porção ocidental da Amazônia Brasileira perpetrados por atores internacionais.

Para este fim, cabe destacar que os problemas provenientes da ambição por minérios e pedras preciosas se refletem em todas as expressões do poder, tendo em vista o extremo valor econômico agregado ao objeto cobiçado (por exemplo o ouro com grau de pureza diferenciado). Particularmente, as fronteiras oeste da Amazônia Ocidental, região extremamente rica de minérios de toda a natureza e onde a presença do estado e a permeabilidade são mais incipientes e conseqüentemente vulneráveis, as reações aos ilícitos são executadas por meio do emprego das forças armadas, bem como demais instituições federais e órgãos regionais estaduais de segurança e defesa públicas. Devido a quantidade exorbitante de ilícitos, do grau de organização dos grupos perpetradores, das articulações alcançadas (nacionais e internacionais), alto grau de permeabilidade de suas redes logísticas, fazem com que as apreensões e combates aos ilícitos (muito das vezes eficazes) sejam insuficientes.

A construção de uma estratégia nacional de enfrentamento (proativa e efetiva) aos supracitados interesses exógenos, pode contribuir para evitar e mitigar os diversos

problemas inerentes desde que contenha documentos normativos que prescrevam e orientem tais ações, promovam a legitimidade necessária, o angariamento de verbas específicas e resultados dissuasórios em nosso entorno estratégico. Cabe ressaltar, que o Comando Militar da Amazônia (CMA), localizado na cidade Manaus executa Operações de combate aos diversos ilícitos na Faixa de fronteira, bem como auxiliam na elaboração de Comunicações Estratégicas.



Figura 1- Fonte de minerais estratégicos da Amazônia Ocidental

Fonte: <http://ludoquimica.blogspot.com>

## 2. METODOLOGIA

Será utilizada uma pesquisa qualitativa calcada na análise de documentos para elencar os principais aspectos da exploração de minérios e metais preciosos da Amazônia Ocidental, bem como a gama de autores envolvidos na referida atividade, estatais e não-estatais com capacidade de causar impactos diretos ou indiretos na defesa nacional. Tal pesquisa, basicamente bibliográfica por meio de informações disponíveis na rede mundial de computadores, livros, normas, portarias, manuais do Exército Brasileiro, artigos publicados em revistas e monografias afins. Além disso, utilizará como estudo de caso, as recentes operações executadas no Comando Militar da Amazônia. Também foi privilegiada a experiência profissional deste autor, como ex-Comandante da 3ª Companhia de Forças Especiais, tropa de Operações Especiais e vetor de emprego estratégico do CMA.

### 3. ASPECTOS GEOESTRATÉGICOS

#### 3.1 ÁREAS DO PROBLEMA

##### 3.1.1 A formação do subsolo amazônico

O ouro continua sendo um dos maiores ativos da humanidade, seu valor é estável e sua simbologia altamente interiorizada no subconsciente coletivo. Desta forma a região amazônica já foi palco de grandes corridas de ouro da humanidade, vide Serra Pelada (figura 2), e ainda atrai inúmeros atores de todas as estirpes para a região, a procura do sonho do enriquecimento rápido.

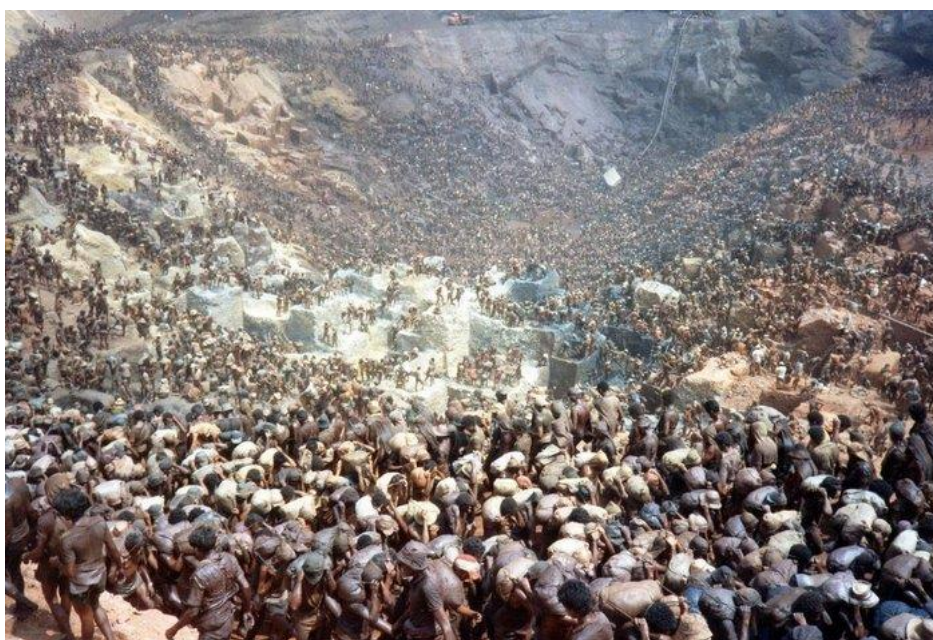


Figura 2- A corrida de ouro na região amazônica de Serra Pelada

Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br>

Cabe ressaltar que o território amazônico é extremamente rico em minérios e metais preciosos. Tal característica torna a região foco de cobiça internacional e fonte primária de diversas estratégias nacionais, principalmente referentes à preservação de seus recursos naturais. Segundo PINHEIRO (2019):

Quarenta por cento do território amazônico pertence à era pré-cambriana (figura 3). Assim, suas sequências sedimentares, intrusões graníticas, derrames vulcânicos e complexos rochosos, apresentam enorme potencialidade de depósitos de ferro, manganês, alumínio, cobre, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, **ouro**, prata, platina, paládio, ródio, estanho, tungstênio, nióbio, tântalo, zircônio, terras-raras, urânio e diamante

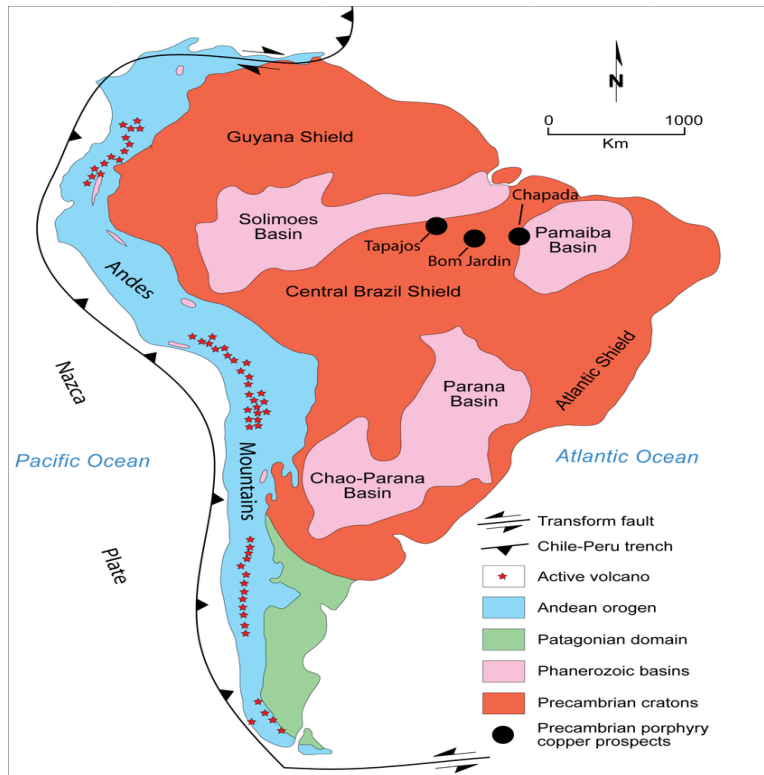


Figura 3: Mapa geológico simplificado da América do Sul (em cor cobre podemos ver o solo do período Pré- Cambriano)

Fonte: <https://www.researchgate.net>

As alterações geomórficas no solo amazônico são fruto de um processo de bilhões de anos. Nesse sentido o autor supramencionado prossegue:

A mineração de ouro aumentou rapidamente no oeste da Amazônia, mas as taxas e os impactos ecológicos da mineração permanecem pouco conhecidos e potencialmente subestimado. Combinamos pesquisas de campo aerotransportadas, o mapeamento e imagens de satélite de alta resolução para avaliar estradas e mineração de ouro fluvial na região de Mader de Dios da Amazônia Peruana de 1999 a 2012. Nesse período, a geografia da extensão da mineração de ouro aumentou 400%.

A taxa média anual de perda de floresta como resultado da mineração de ouro triplicou em 2008 após a recessão econômica global, intimamente associada ao aumento de preço do ouro. Pequenas operações clandestinas agora compreendem mais da metade de todas as atividades de mineração de ouro em toda a região. Essas taxas de mineração de ouro são muito maiores do que as estimativas anteriores que foram baseadas em técnicas tradicionais de mapeamento por satélite. Nossos resultados provam que a mineração de ouro está crescendo mais rapidamente do que anteriormente pensávamos, e que as abordagens de monitoramento de alta resolução são necessários para quantificar com precisão os impactos humanos nas florestas tropicais (PINHEIRO, 2019).

O problema das pequenas operações clandestinas são diversos. Agridem o ambiente e são muito difíceis de serem mapeadas, promovendo dessa forma muita degradação ambiental e social.

Por outro lado, os bens minerais são de fundamental importância para a humanidade e um dos grandes patrimônios não-renováveis da geodiversidade, além de constituir importante fator de desenvolvimento sustentável e de melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL, 2008).

Nesse contexto, foi cunhado o termo “Áreas de Relevante Interesse Mineral” (ARIM), cada vez mais utilizado no planejamento das políticas públicas nacionais e no estabelecimento de cenários sociais, econômicos e políticos das nações. Esse termo é empregado para definir áreas que, pela presença comprovada de depósitos ou jazidas minerais, ou pelo alto potencial mineral reconhecido, têm como vocação natural o aproveitamento de recursos minerais (PINHEIRO 2019).

Por serem relativamente raras, localizadas, econômica ou potencialmente valiosas, as matérias-primas minerais que nelas ocorrem, ou venham a ser descobertas, constituem-se em vetores de desenvolvimento local, regional e nacional. Uma ARIM pode conter ou estar contida em uma ou mais províncias minerais e abranger diversos distritos minerais e aglomerados produtivos locais de base mineral (MATOS et al., 2009).

Em suma, representam áreas de grande interesse estratégico ou de grande potencial para gerar empreendimentos de importância econômica e social. O objetivo da criação dessas áreas é resguardar o interesse nacional quanto à produção mineral, devido à rigidez locacional que os bens minerais apresentam. Está previsto que tais áreas, devido à sua importância no cenário nacional, farão parte do novo marco regulatório que regerá a atividade mineral no Brasil nos próximos anos, em substituição ao atual Código de Mineração. As ARIMs propostas para o estado do Amazonas foram estabelecidas para seis classes utilitárias: minerais energéticos, **minerais metálicos**, minerais industriais não-metálicos, materiais de uso na construção civil, insumos agrícolas e água potável de mesa/água mineral (PINHEIRO, 2019).

Efeitos geopolíticos da mineração que afetam diretamente as fronteiras podem obter repercussão internacional.

O jogo geopolítico mundial e a configuração de poderes atual se utilizam de atores não-estatais para reforçarem seus objetivos.

A extração mineral como commodities nacionais de exportação tem potencial para ser uma das maiores do mundo. Isso vai de encontro à vários atores estatais internacionais.

### 3.1.2 Aspectos Naturais e Socioculturais.

A grandeza do Brasil faz com que nosso povo seja diferente em cada região. Particularmente na Amazônia ocidental, temos aspectos culturais inerentes e ligados à luta pela sobrevivência. Todos os aspectos culturais estão ligados à natureza local, nesse sentido cabe destacar sua imensa riqueza (figura 4):

A Amazônia brasileira é o local onde estão as maiores reservas naturais existentes no planeta. O gigantesco bioma em questão, abriga a maior floresta pluvial e a maior biodiversidade do mundo. O patrimônio genético é riquíssimo. A região guarda ainda abundantes e valiosíssimos depósitos de minérios raros e outros recursos naturais altamente estratégicos para a economia nacional e global. O clima do planeta é altamente influenciado pela dinâmica ecológica existente entre a floresta e os ventos alísios que sopram do Oceano Atlântico para o continente. A sua bacia fluvial compõe um dos maiores e mais importantes ciclos hidrológicos da biosfera. A Amazônia possui também o maior aquífero subterrâneo do mundo, o Alter do Chão totalmente inserido em território nacional (ALVARENGA, 2019).

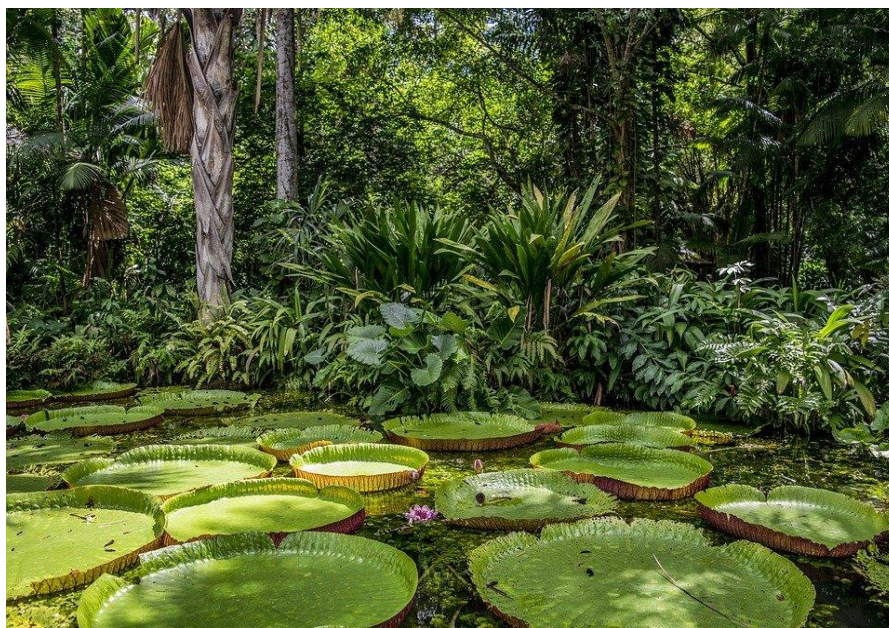


Figura 4- a riqueza da natureza na Amazônia Brasileira

Fonte: <https://pixabay.com>

A cultura amazônica atual surgiu de um processo híbrido de contatos entre indígenas locais e os “colonos” oriundos de diversas regiões do Brasil, que, por motivos de força maior (como exemplo: a grande seca nordestina do século XIX) ou movidos por sonhos de conquista de terras e ouro.

Nesse sentido podemos inferir que devido ao caráter intrínseco de luta pela sobrevivência em terreno se selva do *povo amazônico*, forjado nas intempéries da natureza, e possuidor de traços de personalidade específicos, tais como resiliência e fé

em algo superior, a potencialidade para a inserção do mesmo em campanhas assimétricas irregulares é muito grande e segundo PINHEIRO (2019):

Os atores interessados em contrariar o aproveitamento dos recursos minerais no solo amazônico mantêm forte aliança com o aparato de mídia, organizações indígenas, assistenciais, igrejas, sindicatos e ONGs ambientalistas internacionais.

Formam o *conflito assimétrico*: organizações indigenistas, sindicatos rurais, partidos políticos de perfil radical, ecologismos de toda ordem e segmentos burocráticos aparelhados pelo ativismo judicial.

Além disso, o *Povo Ribeirinho*, olhando pelo aspecto estratégico belicista de uma guerra de guerrilhas clássica, pode operar dos dois lados da moeda. A favor ou contra os interesses nacionais, de acordo com sua índole pessoal (motivação intrínseca para o ilegal) ou o seu meio social e motivações recebidas de atores externos (recrutamento operacional, coerção, ameaça etc.).

Outro aspecto crucial é o *Saber da Floresta* (adaptabilidade) adquirido em centenas de anos, altamente precioso e deve ser tratado com muita atenção pelas autoridades estatais para que não se perca, ou pior, seja desvirtuado para fins ilícitos.

Assim, por outro lado, a resistência e a capacidade mental e física do *ser amazônico* e sua grande mobilidade no ambiente de selva (figura 5) pode potencializar a estratégia da dissuasão e fortalecer o poder nacional, desde que recebam as corretas moldagens psicológicas e motivacionais.



Figura 5: A relação do homem com a floresta e seus meios de mobilidade

Fonte: <https://wwf.panda.org>

#### 4. AS POLÍTICAS ESTABELECIDAS E A ESTRATÉGIA DE DISSUAÇÃO

A Política Nacional de Defesa de 2019 é o documento condicionante de mais alto nível que estabelece “o que fazer” e visa o preparo e o emprego dos setores militares e civis, trata sobre a emergência de novas ameaças, prioritariamente externas e expressa os objetivos a serem alcançados com vistas a assegurar a Defesa Nacional. O mesmo, descreve que as atenções externas tenderão a voltar-se para o País, de sorte que sua ascensão no contexto global requer ações no sentido de garantir a sua soberania e no seu item 2.2.9, a prioridade da faixa de fronteira, especificamente a *Amazônia Brasileira*. Ainda, na PND (2.2.11):

A enorme extensão territorial da Amazônia brasileira, sua baixa densidade demográfica e as dificuldades de mobilidade na região, bem como seus recursos minerais, seu potencial hidro energético e a valiosa biodiversidade que abriga, **exigem a efetiva presença do Estado**, com vistas à sua defesa e à sua integração com as demais regiões do País, contribuindo para o desenvolvimento nacional (grifo nosso).

Define que as fronteiras são objeto de atividades ilícitas transnacionais que demandam vigilância, coordenação e cooperação nos esforços, bem como uma infraestrutura de resposta tempestiva envolvendo mobilização e mobilidade de meios. Ainda, que infere o ambiente Internacional como fonte de grupos insurgentes e de organizações terroristas/ criminosas que tendem a incrementar a *guerra irregular*. Sobre o assunto deste documento, discorre que a disputa por recursos minerais poderá levar a ingerência em assuntos internos ou a controvérsias por interesses sobre espaços sujeitos à soberania dos Estados, configurando possíveis quadros de conflito.

Na expressão militar do poder nacional, o documento balizador é a Política Militar de Defesa (PMD) que possui basicamente duas vertentes, uma preventiva que trata da Diplomacia e da Dissuasão e uma reativa que discorre sobre o emprego direto do poderio militar, cabe ressaltar que *em sua concepção política de defesa promove a prioridade da proteção da Amazônia Brasileira* e tem como um dos principais objetivos nacionais o acesso e a mobilidade em todo o Território Nacional, devendo suas Forças Armadas (FFAA) terem dotação para tal intento.

No âmbito do Exército Brasileiro (EB), a *Política Militar Terrestre* (PMT) de 2019, oriunda da terceira fase do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx-3), é o documento de mais alto nível do Comando do EB com a finalidade de orientar o Planejamento Estratégico da Instituição, tendo em seu objetivo estratégico número um a



missão de contribuir com a dissuasão extrarregional, e em sua descrição lê-se:

Contribuir com a dissuasão extrarregional é ter forças militares com eficiência operacional e poder de combate, expressos pelo grau de ordenação, qualificação e preparação dos recursos materiais e humanos, suficientes e capazes de desencorajar qualquer agressão militar e, também, dispor de tropas com maior capacidade de mobilidade (estratégica e tática) e elasticidade (PMT).

Ainda, descreve em seu texto a intenção de dispor de organizações militares com elevada prontidão, mobilidade (estratégica e tática), letalidade e proteção (individual e coletiva), suficientes para desaconselhar ou desviar ameaças, reais ou potenciais, em qualquer expressão do poder, *inibir a concentração de forças hostis junto à fronteira terrestre*, contribuir para a dissuasão nas águas jurisdicionais e no espaço aéreo do País. Cabe destacar que alerta sobre a inadequação das estruturas de apoio logísticas nacionais (basicamente rodoviárias) com as áreas estratégicas descritas nas hipóteses de emprego das FFAA.

## 5. A ESTRATÉGIA DA DISSUASÃO E O EMPREGO DE FORÇA MILITAR

Segundo PRATES (2021), o Brasil, país de dimensões continentais, possui áreas estratégicas que demandam atenção especial da Defesa Nacional. Nesse sentido, a Amazônia brasileira é uma das áreas estratégicas citadas como prioritárias nos vários documentos brasileiros de planejamento político e estratégico. Neste diapasão, o Exército Brasileiro possui, atualmente, capacidades militares terrestres que, a nível regional, conferem dissuasão da expressão militar no supracitado ambiente operacional. Já em se tratando da dissuasão extrarregional, referenciada nos vários documentos de defesa brasileiros, o Exército Brasileiro dispõe de forças capazes de desencorajar ou dissuadir ameaças ou agressões externas voltadas para a Amazônia brasileira, porém, *tal capacidade dissuasória pode ser aperfeiçoada*. Ainda, conceitua:

**DISSUASÃO – Atitude estratégica** que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos (grifo nosso). A dissuasão, segundo a Doutrina Militar de Defesa, “**caracteriza-se pela manutenção de forças militares suficientemente poderosas e prontas para emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar**” (grifo nosso).

É importante considerar que as principais características dos conflitos futuros são a letalidade seletiva e efetiva, maior alcance e precisão das armas, robotização do campo de batalha, preponderância dos domínios aéreo e espacial, não-linearidade do campo de batalha, incremento das ações no espaço cibernético, preponderância do ambiente informacional e aumento dos conflitos em ambientes urbanos (PRATES, 2021).

Cabe ressaltar que o Brasil possui uma Estratégia Nacional de Defesa (END) que enfatiza alguns pontos importantes, conforme conceito abaixo:

**ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA:** Conforme a END (BRASIL,2020a), a **Capacidade de Mobilidade Estratégica é uma Capacidade Nacional de Defesa (CND)** do Brasil e refere-se à disponibilidade, em infraestrutura logística de transporte, de capacidade multimodal e de meios de transporte, que permita às Forças Armadas o rápido deslocamento para a área de emprego, no território nacional ou no exterior, conforme a defesa dos interesses nacionais (PRATES, 2021, grifo nosso).

Segundo PILETTI (2008), os crimes transnacionais em geral e a “narco guerrilha” colombiana em particular (figura 6), são tratados pelo Exército Brasileiro a partir do tradicional pressuposto de defesa da soberania nacional contra as possíveis ingerências de um grande ator externo, os Estados Unidos da América. Ainda enfatiza:

“Neste sentido, os militares acreditam que um extravasamento dos problemas colombianos para outros países da região poderia provocar a regionalização do conflito, ensejando uma maior interferência norte-americana na Amazônia – com a expansão de bases e efetivos militares e mesmo uma tentativa de extensão do Plano Colômbia aos outros países da área. Ou seja, os crimes transnacionais e a guerrilha colombiana poderiam constituir um argumento a mais na estratégia das grandes potências de interferir sobre a região amazônica sob a alegação de que o Brasil seria incapaz de controlar seu território e de proteger a floresta”.

“Assim, o combate a essas ameaças não-tradicionais terá sempre em vista um combate maior, que é o da defesa da soberania nacional contra a interferência externa das grandes potências na Amazônia, motivada pela cobiça internacional pelas riquezas da região” (grifo nosso).

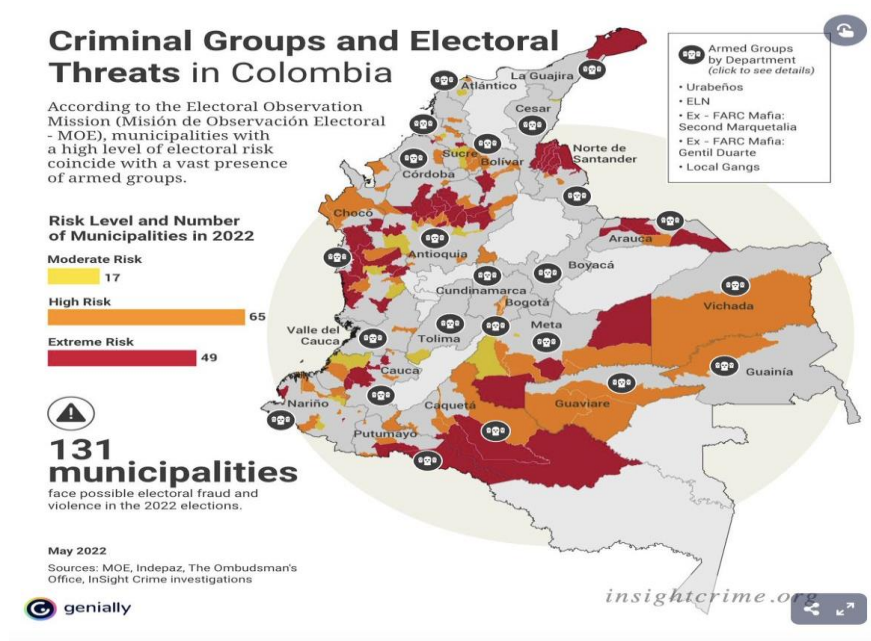


Figura 6- Atual influência política dos Grupos Armados Organizados Residuais Colombianos (GAOR).

Fonte: OnlMaps.com

Atualmente, as características dos conflitos de quarta geração estão influenciando o ambiente operacional onde transcorre o processo de mineração da Amazônia Ocidental. Quanto a isso:

No campo geopolítico, os conflitos de 4ª geração, diferentemente dos conflitos de 1ª, 2ª e 3ª geração que os precederam, **envolvem atores não governamentais no teatro de operações**. Esses atores carregam conotação político-ideológica – ligada ou não a questões de ordem étnico-racial, territorial ou religiosa. **Há nesse tipo de conflito, emprego intensivo de proselitismo, táticas, técnicas e procedimentos de guerra irregular**, como a subversão, guerrilha e terrorismo. Admite-se o uso recorrente de ações midiáticas e arregimentação de quadros por redes de relacionamento. Daí porque a assimetria que marca esses conflitos, **paradoxalmente “igual” oponentes absolutamente desproporcionais** (PINHEIRO, 2019, grifo nosso).

O combate irregular é altamente condizente para a região amazônica. Nesse sentido, os atores que dominam as técnicas, táticas e procedimentos (TTP) da guerra não convencional podem obter vantagens estratégicas reais.

Nesse sentido, cabe destacar que o emprego de Forças de Operações Especiais é altamente efetivo no combate contra as novas ameaças presentes na Amazônia. Assim, operações especiais altamente efetivas poderão ser empreendidas com Destacamentos Operacionais de Forças Especiais (DOFEsp), Destacamentos de Ações de Comandos (DAC), Destacamentos de Ação Imediata (DAI) oriundos das seguintes Organizações Militares: 3ª Companhia de Forças Especiais, 1º Batalhão de Forças Especiais e 1º Batalhão de Ações de Comandos do Exército Brasileiro.

Cabe ressaltar que o confronto com narco guerrilhas atualmente é caracterizado por escaramuças, na maioria das vezes inopinadas entre tropas de pequenos efetivos. A superioridade é obtida por meio da surpresa (emboscada) e emprego de TTP específicas de combate na selva combinado com o emprego de equipamentos e aparatos de alta tecnologia. Ainda, o grande emprego de aeronaves de asa rotativa para o posicionamento e ressuprimento da tropa.

Sendo assim, pode-se contribuir com a dissuasão por meio de uma estratégia irregular onde efetivos especializados e com a capacidade de estabelecer o contato direto com a população ribeirinha e influenciarem as mesmas (*corações e mentes*), conseguem moldar o ambiente operacional e aplicar a influência estatal, diminuindo a distância e o vazio do governo central sobre elas. No gráfico abaixo (figura 7) observa-se uma teoria comparativa (guerra regular e irregular) do grande teórico estrategista ocidental CLAUSEWITZ:

## Contrasting Conventional & Irregular Warfare

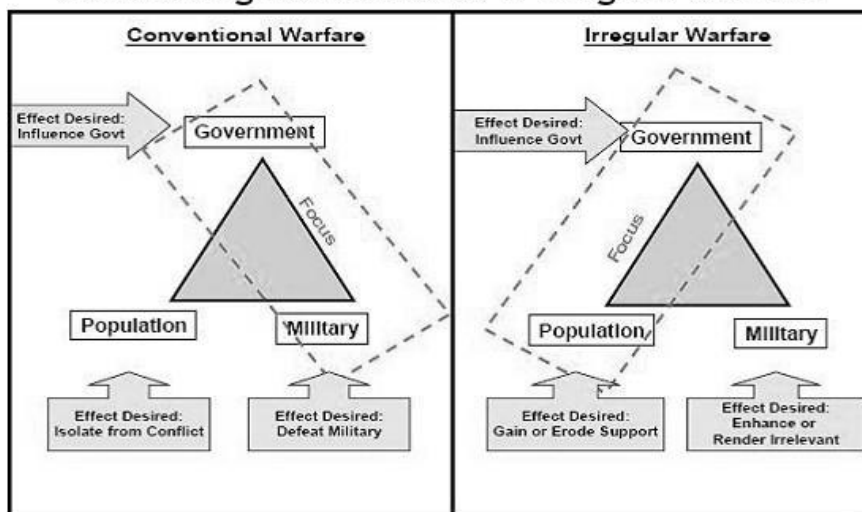


Figura 7-Tríade Clausewitiana vista sob a ótica da Guerra Irregular

Fonte: <https://medium.com>

Por outro lado, em um mundo globalizado e altamente capitalista onde a demanda por metais preciosos, não preocupado com a origem, mas com o preço de mercado, a redes clandestinas de contrabando transnacionais surgem como organizações hierarquizadas altamente eficazes, equipadas com aparatos de alto valor tecnológico e conforme PINHEIRO (2019):

O conflito assimétrico, por outro lado, torna o exercício democrático muito mais complexo. Abriga variadas formas e instrumentos de coerção social e estatal, aplicados por organizações de diferentes matizes, em diferentes regiões do mundo, nos mais diferentes ambientes operacionais.

Para combater nesse cenário, o EB estrategicamente executa Operações na Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental demandadas pelo Comando Militar da Amazônia (CMA) e executadas por 4 (quatro) Brigadas de Infantaria de Selva.

A mobilidade estratégica da região supracitada é apoiada pela 12ª Região Militar e as respectivas OM Logísticas oriundas das brigadas de selva. Por demandar meticulosidade, detalhamento e grande previsibilidade, o ressuprimento das tropas é um ponto crucial e decisivo para êxito das operações, principalmente as classes de combustível, munição e alimentação. Nesse sentido, a dissuasão ideal é obtida com flexibilidade, alcance, modularidade, elasticidade e sustentabilidade no apoio às operações (o acrônimo FAMES).

## 6. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS (a) E SUAS RESPECTIVAS ESTRATÉGICAS (b)

6.1 QUANTO AOS ATORES IRREGULARES NACIONAIS E INTERNACIONAIS E SUAS RESPECTIVAS REDES DE SUSTENTAÇÃO:

**a. Desenvolver uma Política de Combate Contra Atores Irregulares** que permita às tropas federais realizar uma sistemática captura de lideranças estratégicas das redes transnacionais que dominam a extorsão de minérios e metais preciosos na região da fronteira amazônica ocidental, semelhante a primeira fase de uma campanha de contraguerrilha clássica.

Destaca-se que as informações obtidas na fase de inteligência combinadas com uma desarticulação da rede de comando de perpetradores permitirão grandes ganhos ao estado brasileiro.

**b. Empreender uma Estratégia de Combate Contra Atores Irregulares:** com uma operação de inteligência prévia para levantar as redes de apoio logístico (força de sustentação) de irregulares, visando desarticular sua sustentação em locais inóspitos.

Para isso, construir um humano grama fidedigno de lideranças carismáticas (influenciadores) capazes e solicitar o suporte jurídico necessário para a sua devida desarticulação. Em adição, levantar os dados de fontes humanas primárias que forneçam informações privilegiadas e acelerem o ciclo decisório do Comando empregado.

6.2 QUANTO AO AMBIENTE INFORMACIONAL REGIONAL E INTERNACIONAL:

**a. Elaborar uma Política de Comunicações Estratégicas Direcionadas:** elaborado como uma ferramenta proativa de disseminação da narrativa federal sobre a política de exploração de minérios e metais preciosos devidamente coordenado pelas agências nacionais.

**b. Aplicar um Plano Comunicações Estratégicas contra os diversos Público-Alvos** que interagem com a problemática da exploração ilegal de recursos minerais da Amazônia ocidental. Assim, mapear os públicos-alvo existentes empregando operadores psicológicos e outros especialistas de área visando traçar os perfis e ideias-força para fortalecimento de narrativa. Em complemento, disseminar os produtos das campanhas pelos meios de comunicações locais e/ou empregando pessoal especializado para tal.

Ainda, recrutar e utilizar os formadores de opinião locais para fortalecer as narrativas, contribuir com a obtenção da legitimidade do estado desejada para aplicar

as ações reguladoras, bem como, operarem uma “mudança de comportamento” dos habitantes locais (moldagem social).

### 6.3 QUANTO ÀS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS INTERNACIONAIS:

a. **Assessorar a Diplomacia Política Brasileira no sentido de estabelecer uma visão de estado final desejado combinada com nossos vizinhos**, contribuindo com o esforço de inteligência e com a expressão militar. A combinação de atitudes políticas definirá quais ações combinadas e coordenadas serão um diferencial no combate aos problemas comuns de cada país fronteiro e conseqüentemente refletirão nos problemas específicos dos mesmos.

b. **Aplicar uma Estratégia de diplomacia militar proativa permanente com os países limítrofes (Colômbia, Venezuela e Peru)**, executando operações combinadas para combater ilícitos fronteiriços. Desenvolver uma rede de inteligência internacional integrada em tempo integral. A troca de informações em tempo hábil visando desarticular e conseqüentemente agir proativamente contra as extorsões e explorações minerais ilegais perpetradas por atores transnacionais.

### 6.4 QUANTO À POPULAÇÃO RIBEIRINHA LOCAL QUE CONVIVE COM A PROBLEMÁTICA DA EXPLORAÇÃO ILEGAL DE RECURSOS MINERAIS:

a. **Criar uma política de cooptação de habitantes locais sustentável**. O Teatro amazônico é altamente assimétrico e o combate à ilícitos exige um outro nível de preparo, principalmente psicológico, sendo a sustentação do homem no terreno uma condição mais mental do que física. Assim, ela torna-se a **vantagem inerente ao habitante local**, que sobrevive em longo prazo nas regiões mais inóspitas da fronteira noroeste.

b. **Desenvolver um programa de recrutamento operacional estratégico** voltado para os mineradores ilegais e para os inocentes úteis atrelado à um fundo de apoio financeiro aos colaboradores de maneira que informações confiáveis alimentem um **sistema de inteligência/ ação tática integrado**.

## 6.5. QUANTO AO AMBIENTE FÍSICO ONDE OCORREM OS ÍLICITOS:

a. **Inserir órgãos estatais civis e militares na região, por meio de uma política integral de pessoal e material** específica visando conquistar o apoio do povo fronteiriço (corações e mentes), projetar poder dissuasório e **efetivar a presença do Estado Brasileiro**. Os órgãos perenes irão estabelecer contato cerrado com a população e buscar conquistar a cooperação com a legitimidade necessária. Cabe ressaltar que as comunidades atualmente são utilizadas para homizio de irregulares, esfriamento de agentes perpetradores de ações hostis, fonte de suprimento logística operado por rede de sustentação da narco guerrilha etc.

b. **Empreender uma estratégia de reestruturação de órgãos e tropas federais e estaduais** com especialização de pessoal, sistemas de material de emprego militar (SMEM) de alto valor e cadeia logística perene. Armamentos e munições eficientes para o ambiente de selva (por exemplo: o 7,62mm perfurante é mais eficaz nas táticas de emboscada); embarcações blindadas que deem suporte físico e psicológico aos operadores; aeronaves de asa rotativa em sistema de prontidão e em condições de serem empregadas em diversas missões de combate e logísticas; rede de comunicações via satélite, bases de apoio terrestres avançadas etc.

## 6.6. QUANTO A REDE LOGÍSTICA DE MINERAÇÃO ILEGAL:

a. **Criar uma política desenvolvimentista de exploração sustentável de minérios e metais preciosos na Amazônia Ocidental** que não prejudique em demasiado o meio ambiente, tenha o controle georreferenciado dos meios e do processo produtivo e que promova o desenvolvimento socioeconômico das localidades brasileiras na faixa de fronteira. Sugiro inicialmente um **projeto piloto que sirva de modelo** e atraia a atenção para as vantagens da política citada.

b. **Executar, em consonância com os OSP e entidades civis, uma estratégia de desarticulação da logística irregular de ouro na microrregião** que abarca os Rios JAPURÁ e PURUÊ e as cidadelas de JAPURÁ, ACANAUÊ E MARAÃ (localizados na faixa de fronteira da Amazônia Ocidental), e que esteja em consonância com um programa de desmobilização e reinserção dos mineradores, visando inseri-los e bem aproveitar seus conhecimentos tácitos nas minas legalizadas (observação: **a visão é oferecer um meio de vida alternativo e desestimular o retorno ao ilícito**). Sugiro uma operação interagências coordenada pelo CMA.

## 7. CONCLUSÃO

O presente *Policy Paper* visou contribuir com a Defesa Nacional, por meio de uma linha de pesquisa estabelecido pela Escola de Comando e Estado- Maior do Exército Brasileiro denominada “*Amazônia, Movimentos Migratórios e Faixa de Fronteira*”.

O autor teceu sobre um tema geopolítico atual que atinge diretamente o estado brasileiro: “*Os interesses internacionais na Amazônia (reflexos para a Estratégia da Dissuasão do Brasil)*”, sendo que a questão redigida após a orientação inicial do Instituto Meira Mattos foi a seguinte: “*O que não está proposto na Estratégia de Dissuasão e em consequente desalinhamento com a Política e Estratégia Nacional de Defesa frente ao interesse internacional em minérios e pedras preciosas da Amazônia Brasileira?*”

O trabalho abordou os problemas inerentes a realidade irregular da extração de recursos minerais estratégicos e que impactam todas as expressões do poder, tendo em vista o alto valor econômico agregado e a permeabilidade das fronteiras da Amazônia Ocidental. Atualmente e particularmente nas fronteiras terrestres/fluviais onde a presença do estado e a permeabilidade são mais vulneráveis, as reações aos ilícitos são executadas por meio das forças e órgãos regionais acionados, geralmente após o ocorrido ou durante os atos, de uma maneira reativa e na modalidade tática de pronta-resposta.

Assim, visando contribuir com sua vivência profissional, o autor propôs recomendações políticas e estratégicas elaboradas para **promover uma atitude proativa** de proteção e desenvolvimento da região problema de uma maneira proativa e efetiva, mitigando os problemas de ilícitos relacionados à exploração de riquezas minerais e conquistando o apoio da população local.

Nesse sentido, os documentos e decisões baseados neste documento irão balizar as **ações que fortalecerão o poder nacional brasileiro**, com a proposição de mudanças em sua Estratégia de Dissuasão, contribuindo com o esforço de defesa frente as nuances dos interesses externos sobre o patrimônio mineral brasileiro.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724: informação e documentação** - trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ANGELLINI, Marcelo Boito. **Soberania: A problematização da Amazônia e sua importância para questões de segurança do estado, 2006**. Disponível em <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/9559>. Acesso em 01 setembro de 2022.

BRASIL. **Doutrina Militar Terrestre, EB20-MF-10.102**. 1ª Edição. Estado-Maior do Exército, Brasília-DF, 2014.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Política Militar Terrestre**. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília-DF, 2020a, Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf). Acesso em 08 de junho de 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Concepção Estratégica do Exército**. Brasília: EGGCF (2019).

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2020a.

BRASIL. **Operações, EB20-MF-10.103**. 4ª Edição. Estado Maior do Exército, Brasília-DF, 2014.

BRASIL. **Operações Especiais, EB20-MC-10.212**. 2ª Edição. Estado Maior do Exército, Brasília- DF, 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Brasília-DF, 2020, Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf). Acesso em 08 de junho de 2022.

DEFESANET. **SISPRON - O Sistema de Prontidão do Exército Brasileiro**. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/38538/SISPRON---O-Sistema-de-Prontidao-do-Exercito-Brasileiro>. Acesso em 18 de Agosto de 2022.

EME. **O Batalhão de Forças Especiais**. C 31-21, 1ª edição, 2006.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e Modernidade: Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

NASSER, Reginaldo M. E MORAES, R. F. **Amazônia e Atlântico Sul: Desafio e perspectivas para defesa do Brasil**, Repositório IPEA, 2014.

LEAL, Paulo César. **A Guerra Híbrida: Reflexos para o Sistema de Defesa do Brasil**. EME, CEEEx, Informe Estratégico, 2015.

PINHEIRO, Álvaro. **O conflito de 4ª geração e a evolução da guerra irregular**, Artigo, 2007.

PINHEIRO, Antônio Fernando P. **Recursos minerais na Amazônia, relativização da soberania e conflitos ambientais, 2016**. Disponível em

<https://www.ambientelegal.com.br/recursos-minerais-na-amazonia-e-o-ilusionismo-ambientalista/>. Acesso em 15 maio de 2022.

PRATES, Wellington Costa. **Estratégias da presença e da dissuasão face às demandas da Defesa Nacional**. Projeto Interdisciplinar (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de Interesse no ordenamento territorial a Amazônia Brasileira**, Scielo Brasil, 2002.

RABELLO, Antônio C. **Amazônia: Uma fronteira volátil**. Scielo Brasil, 2013.

ROCHA PAIVA, Luiz Eduardo. **Dissuasão e Presença: reflexos para a Força Terrestre no próximo quarto de século**. 55 p. Monografia (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército), ECEME, 2000.

VISACRO, Alesandro. **Guerra Irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**, Editora Contexto, 2009.